

## Sarney diz ao presidente do Irã que Brasil defende a paz

“Há cem anos não temos nenhuma guerra”, afirma presidente do Senado, que apoia Estado palestino e ressalta que a melhor notícia que o mundo poderia receber seria “o fim do conflito entre árabes e judeus”

**A**o visitar o Congresso, o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, defendeu o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Uni-

das. Em Plenário, Alvaro Dias criticou o governo por receber “ditadores” com honras, enquanto Eduardo Suplicy elogiou disposição de Lula ao diálogo. **3**



Rodrigues Pozebon/ABR



José Cruz

Ahmadinejad (ao centro, na foto maior) é recebido no Congresso por Sarney e Michel Temer; do lado de fora, manifestantes protestam contra visita

### Ingresso da Venezuela no Mercosul

Líderes definem hoje as próximas votações do ano. Uma das principais matérias é a adesão da Venezuela ao Mercosul. **2**

### Promessa de campanha pode ter registro

Proposta que exige registro na Justiça Eleitoral será examinada amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça. **5**

### Devastação da Caatinga e do Cerrado

Marco Maciel defende votação de proposta que reconhece os dois tipos de vegetação como biomas nacionais. **8**

## Custo elevado impede ampliação da banda larga, afirmam especialistas

O alto custo impede 75% dos entrevistados em consulta do Comitê Gestor da Internet de utilizarem computadores e 54% de se conectarem à rede, afirmou ontem o diretor-geral da Rede Nacional de

Ensino e Pesquisa, Nelson Simões, em audiência na Comissão de Infraestrutura. Marcio Wohlers, diretor do Ipea, disse que os domicílios que acessam a internet poderiam dobrar com redução de custo. **4**



Marcio Mouriz

Nelson Simões (E), Emília Maria e o presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Fernando Collor, ouvem Marcio Wohlers de Almeida

Defendida pelo governo e criticada pela oposição, adesão do país está na pauta do Plenário. Polêmica gira em torno das posições políticas do presidente Hugo Chávez



Romero Jucá, líder do governo, salienta benefícios econômicos para o Brasil em ter a Venezuela como sócia

## Líderes discutem votação da entrada da Venezuela no Mercosul

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS devem se reunir hoje para definir a pauta de votações até o final deste ano. Uma das principais matérias a serem votadas no período é o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 430/08, que aprova o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul.

O tema promete intensos debates entre o governo – que vê na entrada da Venezuela no Mercosul uma possibilidade de fortalecer o bloco – e parte da oposição, que argumenta que os países integrantes da aliança não têm como admitir a Venezuela, presidida por Hugo Chávez, por causa da cláusula democrática do Mercosul.

Com 12 artigos, o texto do protocolo de adesão estabelece, entre outras medidas, que os bens produzidos na Argentina e no Brasil deverão entrar sem restrições e tarifas no mercado da Venezuela a partir de 1º de janeiro de 2012,

excetuando produtos considerados sensíveis – que desfrutam de maior proteção dos governos nas negociações comerciais –, para os quais o prazo se estende até 1º de janeiro de 2014.

Já os bens produzidos pela Venezuela deverão entrar sem restrição nos mercados do Brasil e da Argentina a partir de 1º de janeiro de 2010, com exceção dos produtos sensíveis, que também têm prazo fixado em 1º de janeiro de 2014.

O texto determina prazo de quatro anos, contado da entrada em vigor do protocolo de adesão, para que a Venezuela adote o conjunto de normas vigentes no Mercosul, a nomenclatura do bloco e a tarifa externa comum (TEC). O protocolo foi assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos países do bloco.

Segundo a exposição de motivos do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com a adesão da Venezuela o Mercosul passa a constituir um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, numa área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados e terá um produto interno bruto (PIB) superior a US\$ 2 trilhões, o que corresponde a 76% do PIB

da América do Sul.

A adesão da Venezuela foi aprovada no Plenário da Câmara em 17 de dezembro de 2008. Foi também acolhida pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18 de fevereiro de 2009. No Senado, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a matéria em 29 de outubro último, a partir de voto em separado do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da matéria na CRE, deu parecer contrário ao protocolo, mas que foi rejeitado pela comissão. Segundo Jereissati, o acordo, além de técnico, é político, e a Venezuela, sob o governo do presidente Hugo Chávez, tem aspectos políticos que “trazem incertezas quanto ao cumprimento de compromissos no âmbito do Mercosul”.

– Assistimos na Venezuela a um processo acelerado de desmonte das liberdades democráticas, objetivando a perpetuação do presidente Chávez no poder – afirma Jereissati em seu parecer.

Já para Romero Jucá, a perspectiva de um veto à entrada da Venezuela no Mercosul é preocupante, “pois representaria um ato de hostilidade do Estado brasileiro contra um país amigo”. O senador argumentou que o protocolo de adesão fortalece a segurança jurídica do relacionamento entre os países fundadores do Mercosul e a Venezuela. Além disso, do ponto de vista da indústria e da agricultura brasileiras, a entrada da Venezuela no Mercosul deverá propiciar, segundo Jucá, boas oportunidades ao Brasil, cujos produtos têm grande demanda naquele país.

Para exemplificar, Jucá disse que, entre 2003 e 2008, as exportações brasileiras para a Venezuela passaram de US\$ 608 milhões para US\$ 5,15 bilhões, representando um crescimento de 758%. Atualmente, o Brasil tem com a Venezuela seu maior saldo comercial, no valor de US\$ 4,6 bilhões.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário: pauta continua trancada

Às 14h, tem início a sessão deliberativa. A pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 17/09 (MP 468/09), que trata da transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal.

## Agenda do presidente

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, na sala de audiências, o ministro da Defesa da Suécia, Sten Tolgfors; às 15h, o presidente da República Tcheca, Václav Klaus, no Salão Nobre; e, às 15h, encontra-se com o candidato à presidência da República do Chile, Sebastián Piñera, na sala de audiências. Às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

## Comissões discutem agrotóxicos

As comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizam audiência pública, às 9h30, para discutir o emprego de agrotóxicos na agricultura brasileira. Foram convidados os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; do Meio Ambiente, Carlos Minc; e da Saúde, José Gomes Temporão.

## Projeto de Lei Orçamentária

Às 14h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) se reúne para discutir e votar emendas ao Projeto de Lei Orçamentária (LOA) para 2010.

## Mudanças Climáticas aprecia relatório

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) se reúne, às 14h30, para discutir e votar o relatório final do deputado Colbert Martins.

## CAE: indicação para diretor do BC

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne para discutir e votar emendas ao Projeto de Lei Orçamentária. Em seguida, examina três mensagens que autorizam contratação de operação de crédito externo. Às 12h, a comissão analisa indicação de Aldo Luiz Mendes para exercer o cargo de diretor do Banco Central.



## Juca Ferreira participa de análise de projeto que cria vale-cultura

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) se reúnem, às 10h, com a presença do ministro da Cultura, Juca Ferreira, para analisar projeto que institui o programa de cultura do trabalhador e cria o vale-cultura.

## PEC em debate na Subcomissão de Segurança Pública

Reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para instruir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 21/05, que altera a Constituição federal para reestruturar os órgãos de segurança pública. O debate contará com a presença do presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO).

## Comissão discute LDB com ex-ministros da Educação

Às 10h, audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para tratar dos 13 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Estão convidados o ministro da Educação, Fernando Haddad; os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), entre outros ex-ministros da pasta.

## CMO ouve presidente da Petrobras

Audiência pública, às 14h30, da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para ouvir o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli. Ele vai prestar esclarecimentos sobre superfaturamento apontado pelo TCU na construção da Refinaria Abreu e Lima (PE).

## Senado Cultural faz exposição em homenagem à França

O programa Senado Cultural e a Aliança Francesa apresentam a exposição de fotografias *100 x France – Fotografia francesa das origens até hoje* em comemoração ao Ano da França no Brasil. A abertura do evento ocorre hoje, às 19h, no *hall* da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. A mostra ficará aberta ao público até o dia 29 deste mês, das 10h às 18h.

## Comissão de Direitos Humanos realiza audiência sobre autismo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência, às 10h, para debater questões relativas aos portadores de autismo. Foram convidados a diretora-presidente da Associação em Defesa do Autista, Julceli Antunes; a biomédica e pesquisadora do Centro de Pesquisa Clínica da Universidade Federal Fluminense Mariel Mendes; e a pediatra Geórgia Regina Fonseca, entre outros.

Em discurso durante a visita do presidente iraniano, presidente do Senado defende criação de estado palestino e entendimento no Oriente Médio

# Brasil quer a paz, diz Sarney a Ahmadinejad

REFERÊNCIAS À CULTURA da paz, à união entre raças e religiões no Brasil e à consolidação das instituições democráticas brasileiras foram a tônica do discurso do presidente do Senado, José Sarney, durante a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao Congresso. Ahmadinejad foi recebido por Sarney e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, no Salão Negro do Congresso.

– Vossa excelência visita o continente mais pacífico da face da Terra. Há cem anos não temos nenhuma guerra. O Brasil tem fronteiras com dez países e essas fronteiras são de cooperação e nunca de confrontação – ressaltou Sarney, enfatizando que a Constituição brasileira prevê a priorização da resolução pacífica das divergências e a necessidade da desmilitarização.

O senador também citou acordos internacionais no Atlântico Sul que proibem, em suas águas, o trânsito de embarcações com armas nucleares e disse esperar que o Brasil possa contribuir para a paz mundial.

– A visita de vossa excelência é sem dúvida uma demonstração de que o Brasil ascende a uma diplomacia a nível mundial, e agora no Oriente Médio, onde esperamos que o nosso país possa contribuir com os ideais que estão na nossa Constituição e que fazem parte da nossa história, que é em favor da paz.



Ao receber Ahmadinejad (C), ao lado de Temer, Sarney (D) diz esperar que o Brasil contribua para a paz mundial, sobretudo no Oriente Médio

## Estado palestino

Ao defender a criação de um estado palestino, o presidente do Senado disse que a melhor notícia que o mundo poderia receber seria “o fim do conflito entre árabes e judeus”.

– São duas nações profundamente sofridas. Os judeus, na diáspora, que quase exterminou a todos. E o povo palestino, que foi expulso de suas terras, vítima de violência constante. Esperamos a criação do Estado palestino, que possa abrigar esse povo sofrido.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entregou a Ahmadinejad um exemplar de seu livro sobre a defesa da instituição da renda básica da cidadania. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) salientou a postura brasileira do diálogo para a obtenção da paz.

Na chegada ao Congresso, o presidente iraniano foi recebido com protestos de dois deputados, Marcelo Itagiba (PSDB-RJ) e Zenaldo Coutinho (PSDB-PA), que abriram uma faixa com a frase “Holocausto nunca mais”.

## Ahmadinejad defende entrada do Brasil no Conselho de Segurança

O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, em visita ontem ao Congresso brasileiro, defendeu o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele também sugeriu o fim do poder de veto dos países que integram o conselho.

Ahmadinejad foi recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

O presidente iraniano afirmou que a estrutura do Conselho de Segurança da ONU é contrária à paz mundial, porque é baseada na discriminação.

Segundo ele, quase todas as guerras no mundo nas últimas seis décadas tiveram a intervenção de um dos cinco países com direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China –, mas esses países nunca foram julgados por seus atos.

Ahmadinejad disse que “países soberanos com uma visão humana”, como o Brasil, devem fazer parte do Conselho de Segurança da ONU.

Afirmou ainda que a questão palestina foi criada pela 2ª Guerra Mundial, com a criação do Estado de Israel sem a contrapartida da criação do Estado palestino. Lembrou que dezenas de planos já foram oferecidos como tentativa para solucionar a questão palestina, mas todos falharam porque não foram baseados na justiça entre os povos. E declarou que os palestinos não tiveram culpa pelas 60 milhões de mortes causadas pela 2ª Grande Guerra.

O presidente iraniano ressaltou que tanto o Brasil quanto o Irã têm “grandes recursos naturais e humanos” e afirmou que ambas as nações têm “grandes potencialidades ainda desconhecidas dos empresários”.



Deputados Zenaldo Coutinho e Marcelo Itagiba protestam contra a recepção do presidente iraniano pelo governo brasileiro

## Alvaro classifica visita de um “enorme equívoco”

Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou como um “enorme equívoco” do governo brasileiro “recepção com honras ditadores como o presidente do Irã”, Mahmoud Ahmadinejad.

O senador disse que a visita do presidente do Irã ao Brasil tem a motivação política de es-



Alvaro: dirigente iraniano “reprime de forma sanguinária os opositores”

treitar laços para legitimar seu governo, cuja reeleição foi alvo de intensos protestos. Alvaro rebateu as justificativas oficiais para a visita.

– Não há pragmatismo que justifique receber um político que nega o Holocausto e prega a destruição de Israel. Como se não bastassem posições antissemitas e outras aberrações defendidas pelo mandatário iraniano, o seu governo desenvolve um nebuloso programa nuclear direcionado para fins militares e reprime de forma sanguinária os opositores.

Alvaro Dias, que falou pouco antes de Ahmadinejad chegar ao Palácio do Congresso Nacional, observou que o intercâmbio comercial entre e Brasil e o Irã é pouco expressivo. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) afir-

mou que o governo brasileiro está “muito interessado em colaborar para a paz no Oriente Médio”.

### Filme

Alvaro também classificou o filme *Lula, o filho do Brasil* como uma peça publicitária que “omitiu qualquer passagem capaz de destoar com o enredo da ilíada do Lula”. O parlamentar criticou o subsídio aos ingressos para sindicalistas à custa do dinheiro público e denunciou que os R\$ 10,8 milhões arrecadados como patrocínio e apoio para o filme vieram de empresas que têm contratos com o governo.

O senador ainda manifestou estranheza em relação aos sinais emitidos pelo governo de que pretende manter no Brasil o ex-ativista italiano Cesare Battisti.

## Suplicy elogia “disposição” de Lula para dialogar com diversos chefes de Estado

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a “disposição” do presidente Lula para dialogar com chefes de Estado dos mais diversos países com os quais, segundo ele, o Brasil deseja criar “uma interação

mais forte, mesmo que haja necessidade de expressar diferenças de opiniões, quando elas existem”.

O senador comentou a visita ao Brasil do presidente do Irã, Mahmoud

Ahmadinejad, após as visitas nas duas últimas semanas dos presidentes de Israel, Shimon Peres, e da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas. Suplicy mostrou-se satisfeito com a sugestão de

Lula de realizar um jogo entre a Seleção Brasileira e uma seleção mista composta pela seleção de Israel e de palestinos “como ato de promoção de boa vontade e entendimento entre os povos”.

Pesquisa constatou que o custo impede 75% dos entrevistados de usarem computador e 54% de se conectarem à internet. Cerca de 35% pagariam até R\$ 50 pelo serviço

# Para especialistas, preço alto impede acesso a banda larga

“O PREÇO TEM sido a barreira mais severa para impedir a ampliação da banda larga no Brasil.” A constatação foi feita pelo diretor-geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Nelson Simões, durante painel sobre banda larga e acessibilidade nos serviços de telecomunicações realizado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Ele baseou sua informação em pesquisa feita pelo Comitê Gestor da Internet.

O comitê constatou que o alto custo impede 75% dos entrevistados de usarem computadores e 54% de se conectarem à internet. Nelson Simões, ainda citando dados da pesquisa, informou que 35% da população estaria disposta a pagar por uma conexão à rede de banda larga se seu valor fosse de até R\$ 50.

O diretor de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Wohlers de Almeida, estimou que, se o custo médio do fornecimento do serviço de banda larga no Brasil caísse dos atuais R\$ 162 para algo em torno de R\$ 81, o número de domicílios que acessam a internet via banda larga mais que dobraria. Se houvesse um acordo nesse sentido entre empresas e governo, com a possibilidade até de uma desoneração tributária, o lucro provavelmente seria maior e o preço cairia pela metade.

A terceira debatedora, a conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Emília Maria Silva Ribeiro Curi, declarou que massificar o acesso a banda larga é uma decisão já tomada pelo governo federal e também uma meta da própria agência, que vem trabalhando nesse sentido. Ela destacou que, além de ampliar a oferta do serviço, a Anatel tem se preocupado com a qualidade do



Nelson Simões

Simões, Collor e Emília Maria: para popularizar, é preciso baixar custo do serviço acesso à internet que vem sendo oferecido no Brasil.

Durante o debate com os palestrantes, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reclamou que o Norte está atrás das outras regiões no que diz respeito à oferta do serviço de acesso à internet. Ele citou o caso de Santarém, um dos principais municípios do Pará, que somente dispõe do acesso discado.

## Reserva de mercado

Já o presidente da Comissão de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL), lembrou que, se há 20 anos o Senado agendasse reunião semelhante para discutir qualquer assunto

ligado à informática, seria obrigado a convocar integrantes da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) para tratar de temas como atraso nas guias de importação.

É que, naquela época, o país tratava a informática como reserva de mercado. Essa política engessou o desenvolvimento tecnológico. O senador lembrou que o Brasil chegou a usar computadores quatro gerações atrasadas com relação aos disponíveis nos Estados Unidos. Fernando Collor, quando presidiu o Brasil, acabou com a reserva de mercado não só no setor de informática, mas também no automobilístico.

# Senado comemora Dia Nacional em Defesa dos Municípios

O Senado realiza sessão especial amanhã, às 10h, para homenagear o municipalismo. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que propôs a realização do evento, disse que a comemoração tem origem no Dia Nacional em Defesa dos Municípios, celebrado em 23 de outubro.

Valadares destacou a importância dos municípios como entes federados, informando que a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), atualmente presidida por Paulo Ziulkoski, tem debatido com os prefeitos a situação financeira de suas administrações.

Segundo Ziulkoski, em mensagem da CNM, dos 5.564 municípios brasileiros, 5.037 têm até 50 mil habitantes, sendo que mais de 54% da população vive em cidades com até 150 mil habitantes.

A maior parte dos municípios brasileiros, portanto, é de pequeno porte, ocupando área que corresponde a 84,76% do território nacional.



Gerardo Magela

Antônio Carlos Valadares ressalta a importância do municipalismo

No Dia Nacional em Defesa dos Municípios, prefeitos de todo o país organizaram várias manifestações para chamar atenção do governo federal para a necessidade de aumentar os repasses para educação e saúde.

Segundo o presidente da CNM, os municípios gastam atualmente 15% do orçamento com saúde, enquanto os estados entram com 12%. A União deveria arcar com 10%, observou, mas isso não tem ocorrido.

# Nova audiência pública discute conflito entre governo e TCU

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizam na quinta-feira, a partir das 9h, a segunda de uma série de audiências públicas requeridas pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Renato Casagrande (PSB-ES) para discutir divergências entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o governo federal.

O governo e o TCU têm manifestado suas divergências a respeito de obras relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a sugerir que o tribunal só fiscalizasse as obras depois de prontas.

Na primeira audiência, o diretor-executivo da organização não governamental Transparência Brasil, Claudio Abramo, disse que o TCU é visto pelo



Marcia Volume

Pedro Simon propõe uma série de debates para analisar as divergências

governo como área dominada pela oposição e assinalou que a fiscalização é muito melhor se exercida pela oposição, por razões óbvias. Já o presidente do Instituto Brasileiro de Auditorias de Obras Públicas, Cezar Augusto Pinto Motta, afirmou que “é óbvio que havia gasto público que não era fiscalizado como deveria. Agora, quem é fiscalizado vai se sentir incomodado”.

# Comissões permanentes votaram até outubro 3.778 matérias

As comissões permanentes do Senado Federal realizaram este ano, até o mês de outubro, 472 reuniões, de acordo com dados da Secretaria-Geral da Mesa. Nessas reuniões, foram analisadas 3.778 proposições. Só a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinou 1.163 propostas. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisou outros 267 itens e a Comissão de Educação e Esporte, 368.

O levantamento mostra também que 11 subcomissões e grupos de trabalho do Senado realizaram no período 30 reuniões e examinaram

13 matérias. A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), por exemplo, reuniu-se quatro vezes e apreciou três matérias. A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), examinou dez matérias em duas reuniões.

Veja ao lado o número de reuniões realizadas e de propostas analisadas nas comissões permanentes do Senado.

## Produção legislativa

Matérias examinadas e reuniões realizadas este ano pelas comissões permanentes do Senado

Comissão	Reuniões	Proposições
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	48	267
Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)	65	368
Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)	42	110
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	53	260
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)	47	267
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	45	1.163
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	35	103
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)	26	56
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)	34	189
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	35	95
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)	42	900
<b>Total</b>	<b>472</b>	<b>3.828</b>

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa do Senado



Comissão de Meio Ambiente vai discutir amanhã a contabilização feita pelo Poder Executivo

Greenpeace/Dotie Larsen

## Debate: inventário dos gases de efeito estufa

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza amanhã, às 14h, audiência pública para discutir o Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa no Brasil. O debate deverá contar com a participação do ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, além dos integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). O requerimento pedindo a discussão é do senador Renato Casagrande (PSB-ES).

A elaboração do inventário pelo Executivo ganha destaque com a realização

da 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que se realizará em dezembro em Copenhague, na Dinamarca, para a discussão de medidas de combate ao aquecimento global.

O inventário contemplará as estimativas de emissões de gases de efeito estufa, bem como os incentivos à realização de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, transporte, indústria, uso de solventes, mudança no uso da terra e da floresta, agropecuária e tratamento de resíduos.

# Projeto exige registro de promessas de campanha

Objetivo é fazer com que propostas de candidatos a prefeito, governador e presidente sejam depois transformadas no plano plurianual

CANDIDATOS A CHEFES do Poder Executivo deverão registrar seus planos de governo na Justiça Eleitoral até dois meses antes da data da eleição, como prevê substitutivo de Arthur Virgílio (PSDB-AM) a dois projetos de lei complementar em tramitação conjunta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto será examinado amanhã. O objetivo dessa regra é fazer com que as promessas de campanha dos candidatos sejam depois efetivamente traduzidas no plano plurianual (PPA), o instrumento de gestão estratégica de cada governo, da esfera federal aos municípios.

Os projetos consolidados no substitutivo podem alterar profundamente toda a legislação orçamentária e financeira do país. Como salienta o relator, o PLS 229/09, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), trata com maior profundidade a parte referente à apreciação da Lei Orçamentária no Congresso. Já o PLS 248/09, de Renato Casagrande (PSB-ES), dá maior ênfase a temas na esfera da responsabilidade fiscal.

Uma das finalidades do novo texto apresentado por Virgílio é substituir a Lei 4.230/64, recepcionada pela Constituição



Substitutivo de Virgílio incorpora sugestões de relatórios de grupos de trabalho da STN

de 1988, a seu tempo considerada um marco nas finanças públicas no país, mas que contém muitos dispositivos superados. Falta ainda a essa lei a definição de conceitos e regras para inovações financeiras e orçamentárias adotadas pela Constituição, pendentes de regras complementares. Nessa falta, a cada ano, essas normas subsidiárias precisam ser incluídas nos textos das leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).



Texto de Jereissati trata com profundidade da apreciação da Lei Orçamentária pelo Congresso

No substitutivo, informa Virgílio, foi incorporada a maior parte das sugestões constantes dos relatórios dos grupos de trabalho que participaram de ciclo de seminários organizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Secretaria do Orçamento Federal (SOF) para discutir as duas matérias.

Não foram aproveitados os artigos dos dois projetos que tratavam de regras de contingenciamento (bloqueio) das despesas durante sua execução,



Casagrande, em seu projeto, dá ênfase a temas na esfera da responsabilidade fiscal

pois esse assunto já é tratado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Alterações referentes ao controle da gestão fiscal, como transparência, gestão de pessoal e transição governamental, foram incorporadas em capítulo específico, contendo indicações de mudanças no texto também da LRF.

Depois de passar pela CCJ, a matéria será encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

## CCJ examina proposta que amplia ofensiva contra crime organizado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar amanhã proposta que amplia a ofensiva contra o crime organizado. A matéria propõe uma solução para um aspecto polêmico, relacionado aos poderes de investigação do Ministério Público (MP) e à atribuição constitucional da polícia judiciária de apurar infrações penais. A partir de acordo entre as instituições envolvidas, a proposição define o papel do MP como órgão de controle externo das polícias e mantém a sua competência na apuração das infrações.

A proposta em exame – um substitutivo apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a projeto (PLS 150/06) da senadora

Serys Silhessarenko (PT-MT) – conceitua organização criminosa e trata da investigação, da obtenção de prova, de crimes correlatos e do procedimento criminal a ser aplicado.

Uma das sugestões do substitutivo consiste em permitir às autoridades administrativas – em especial, a Receita Federal e fiscos estaduais – retardar procedimentos de fiscalização sobre organização criminosa, com o objetivo de assegurar tempo necessário para formação de provas e obtenção de informações relevantes à investigação.

No projeto original, Serys propõe mecanismo semelhante, chamado de ação controlada, mas apenas para o trabalho policial.



Iniciativa de Serys Silhessarenko voltou à Comissão de Justiça para reexame



Mercadante: relatório define papel do MP como órgão de controle externo da polícia

## Discussões tiveram participação do presidente do STF e do procurador-geral

O projeto que trata da repressão ao crime organizado já havia sido aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em março de 2007. Em abril do mesmo ano, houve a apresentação de dois recursos para a votação da matéria em Plenário, onde, no mês seguinte, foram apresentadas 12 emendas, o que fez com que a proposta voltasse à CCJ.

Em novembro de 2007, a comissão aprovou parecer do relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), sobre as emendas.

A matéria aguardava decisão quando, em março de 2009, o Plenário aprovou requerimento de Romeu Tuma (PTB-SP) para reexame pela comissão.

Com o texto já de volta à CCJ, Mercadante ofereceu, em abril último, novo parecer, dessa vez acolhendo emendas de autoria de Tuma. No mesmo mês, a matéria saiu da pauta da comissão para que sua votação fosse precedida de debates com especialistas.

O propósito era discutir especialmente ponto da proposição relativo aos poderes

de investigação do MP e à atribuição constitucional da polícia judiciária para apurar infrações penais.

Em junho, houve duas audiências públicas sobre o tema, com a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e do então procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza, entre outros. Também em junho, o projeto foi encaminhado a Mercadante para reexame.

No último dia 11, a CCJ recebeu o

novo relatório de Mercadante. Uma semana depois, em 18 de novembro, após negociações que resultaram em acordo entre o Ministério Público e a polícia em relação à apuração de infrações penais, o senador apresentou seu relatório reformulado. Na mesma reunião, o presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), concedeu vista da matéria ao senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

O projeto recebeu, ao todo, 36 emendas, entre aquelas oferecidas na CCJ e as apresentadas em Plenário.

Parecer de Lúcia Vânia sobre as duas propostas em exame na Comissão de Assuntos Sociais acolhe substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

## Projeto assegura pensão a estudante com até 24 anos

A PENSÃO POR morte poderá ser estendida a filhos com até 24 anos, conforme projeto de lei que deverá ser votado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. A proposta, de iniciativa do então senador Expedito Júnior, tramita em conjunto com proposição do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que trata do mesmo assunto.

De acordo com os projetos de Expedito Júnior (PLS 49/08) e de Cristovam Buarque (PLS 140/08), a manutenção da pensão é garantida aos filhos, à pessoa a eles equiparada ou ao irmão até os 24 anos de idade, de ambos os sexos, desde que estejam cursando o ensino superior ou curso técnico de nível médio. A legislação atual só assegura o benefício a filhos, enteados ou irmãos de até 21 anos.

Na justificativa dos projetos, os autores consideram injusto o fato de o estudante entre 21 e 24 anos ter que interromper seus estudos em razão da morte de seus pais ou responsáveis legais.

A relatora das propostas na Comissão de Assuntos Sociais, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), apresentou relatório pela



O substitutivo ao projeto do então senador Expedito Júnior beneficia também enteado, menor sob guarda ou tutela, irmão ou órfão dependente de servidor público.

aprovação do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

### Estagiários

A Comissão de Assuntos Sociais também examinará outros projetos de lei que beneficiam os estudantes, como o PLS 216/06, de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que visa assegurar a estagiários o direito ao vale-transporte; e o PLS 247/09, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que

institui benefício adicional ao programa Bolsa Família, vinculado ao desempenho escolar do beneficiário.

Ainda poderão ser votados na mesma reunião da comissão projetos que regulamentam as profissões de diarista, repentinista, apicultor, gastrólogo, artistas e técnico em espetáculos de diversões, bem como a jornada e condições de trabalho dos nutricionistas e a equiparação da pesca à atividade agropecuária.

## Comissão sabatina indicado para diretoria do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina hoje o economista Aldo Luiz Mendes, indicado para ocupar o cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central, em substituição a Mario Gomes Torós.

Mendes foi vice-presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores do Banco do Brasil, onde ingressou em 1980, e é doutor em Economia pela Universidade de São Paulo. Atualmente, preside a

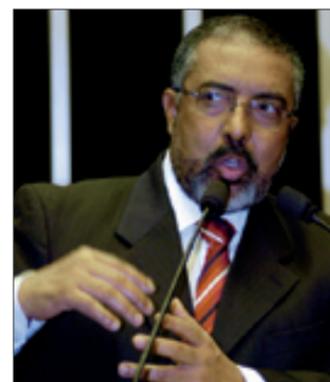
Companhia de Seguros Aliança do Brasil, subsidiária do Banco do Brasil.

O último diretor de Política Monetária do Banco Central, Mario Gomes Torós, deixou o cargo após ter concedido entrevista ao jornal *Valor Econômico* descrevendo os bastidores da atuação do Banco Central durante a crise financeira, citando nomes de bancos que sofreram saques e revelando o ataque especulativo contra o real.

## Ministro debate Estatuto da Igualdade Racial na CCJ

O ministro da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, Edson Santos, é um dos 13 convidados para debate que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza nesta quinta-feira para discutir o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 213/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

O texto com alterações da Câmara chegou ao Senado no dia 4 e, além da CCJ, será analisado pelas comissões de Educação, de Assuntos Sociais, de Agricultura e Reforma Agrária e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, antes de ser votado em Plenário. O relator na CCJ é o presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO).



Márcio Kallume

Projeto de Paim foi aprovado pela Câmara e retornou ao Senado

Entre os convidados para o debate, estão o cientista político Bolívar Lamounier, o doutor em Geografia Humana Demétrio Magnoli e o diretor-executivo da Rede de Pré-Vestibulares Educafro, frei David Santos.

## Temporão participará de audiência sobre o SUS

Com o objetivo de debater a situação do Sistema Único de Saúde (SUS), o Senado receberá nesta quinta-feira o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

A audiência pública faz parte do ciclo de debates promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde destinado a avaliar os 20 anos de criação do SUS.

Outros assuntos que deverão ser abordados por Temporão são os últimos dados sobre a gripe suína e a nova campanha do ministério para a saúde do homem.

A audiência com a presença de Temporão foi solicitada pela presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), autora também da proposta do ciclo de discussões.



Presidente da CAS, Rosalba propôs a audiência, parte de ciclo de debates

Segundo a senadora, o ciclo de debates sobre o SUS – iniciado em maio – foi motivado “pelas reclamações e pelas situações caóticas relacionadas à saúde pública do país”.

Após o fim do encontro, previsto para o próximo ano, a comissão pretende elaborar um relatório com sugestões de

melhorias no atendimento à população.

### Aniversário

Em 2008, foram comemorados os 20 anos do SUS, já que a Constituição de 1988 é considerada o marco legal que criou o sistema. Sua regulamentação ocorreu dois anos depois.

## CPI investiga caso de pedofilia no interior de São Paulo

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realizou sexta-feira diligência nas cidades paulistas de Salto e de Sorocaba para apurar denúncia de abuso de menores contra o ex-secretário de Administração do município Januário Renna.

De acordo com o presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), o ex-secretário foi preso em flagrante, num motel em Salto, com quatro meninas – mas o número de vítimas de abuso pode chegar a 15. O senador informou que seria oferecido a Renna o benefício da delação premiada, em que a pena pode ser diminuída em troca de informações que façam avançar a investigação.

– O processo investigativo mostra que, pela quantidade de crianças, ele não estava sozinho.



Geraldo Maggela

Magno Malta, presidente da CPI: acusado pode ter delação premiada

Tem que haver a convivência de alguém – disse Magno Malta.

De acordo com o parlamentar, já há outros nomes sendo investigados e que também deverão ser ouvidos pela comissão de inquérito nas próximas semanas.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Eduardo Suplicy

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Goellner apoia revisão do Código Florestal Brasileiro



Segundo Goellner, legislação atual provoca insegurança jurídica

A revisão do atual Código Florestal Brasileiro foi debatida em audiência pública realizada na última quinta-feira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, relatou Gilberto Goellner (DEM-MT).

Segundo o senador, foi discutida a retirada de mais de 16 mil "penduricalhos" que estariam causando insegurança jurídica nos meios rural e urbano.

– Temos muita dificuldade, hoje, para interpretar o que é possível e o que não é possível, já que o código coloca tudo como empecilho. O código provoca uma insegurança jurídica muito grande e precisa ser revisto – afirmou.

A reunião, de acordo com Goellner, contou com a participação de produtores de todo o estado, além do relator da matéria na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). O senador elogiou a

explicação de Rebelo.

– Após tantos infortúnios, perseguições e punições que os agropecuaristas sofreram nos últimos anos na área ambiental, foi dito algo de maneira cristalina quanto ao papel de todos na construção nacional. A fala do deputado Aldo Rebelo foi um bálsamo para a autoestima mato-grossense, pois tirou a discussão do campo ideológico e colocou-a sob o ponto de vista técnico-científico – assinalou.

### Equilíbrio

Goellner também observou que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, devem agir harmonicamente na questão ambiental, observando que qualquer ação contrária a esse equilíbrio será extremamente nociva ao Estado de direito.

O senador defendeu a apresentação, pelo Brasil, em dezembro, em Copenhague, na 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), de propostas "mais audaciosas", como o pagamento por serviços ambientais que tragam recursos para conservar o meio ambiente. Para ele, a proposta de redução em 39% na emissão de gases nocivos é inexequível porque o governo brasileiro não especifica as medidas necessárias para obter esse resultado.

## Ministro e comissões debatem a criação do vale-cultura

A criação do vale-cultura será debatida hoje, às 10h, em audiência pública das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), com a presença do ministro da Cultura, Juca Ferreira. O objetivo do debate é instruir o exame de projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 221/09) que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.

Pela proposta, o vale terá o valor mensal de R\$ 50 e beneficiará os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. O texto, que tramita em regime de urgência constitucional, terá que ser votado pelo Senado até 12 de dezembro. Caso contrário, passará a bloquear as votações do Plenário até sua deliberação.

Com o vale, o trabalhador poderá ir a shows musicais, espetáculos de dança e visitar

museus. Além disso, poderá adquirir produtos culturais como livros e DVDs.

### Estímulo

Enviado ao Congresso pelo Executivo, o projeto estabelece que o vale-cultura será fornecido aos trabalhadores pelas empresas que aderirem ao Programa de Cultura do Trabalhador. Para tal, as empresas poderão deduzir, até o exercício de 2014, o valor despendido com a aquisição do benefício na proporção de 1% do imposto de renda devido. O valor total das deduções do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) deverá ser fixado anualmente na lei de diretrizes orçamentárias.

Os requerimentos convidando o ministro Juca Ferreira para debater o assunto em audiência foram apresentados pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ideli Salvatti (PT-SC) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Projeto, que está pronto para ser incluído na pauta do Plenário, incentiva o uso do pregão eletrônico como uma das formas de desestimular a formação de cartéis

## Suplicy defende proposta de mudança na Lei de Licitações

EDUARDO SUPLICY (PT-SP), autor do texto alternativo ao projeto que modifica a Lei de Licitações (Lei 8.666/93), afirmou ontem que a matéria está pronta para ser votada pelo Plenário, o que deve ocorrer em dezembro. A proposta visa conter a formação de cartéis entre empresas que participam de licitações públicas.

– A proposição tem o objetivo de adequar as licitações e contratações governamentais às novas tecnologias de informação presentes no atual cenário brasileiro, bem como atender aos princípios de transparência, economicidade, competitividade e celeridade, com vistas a nivelar nosso processo licitatório com as melhores práticas mundiais – assinalou.

O senador ressaltou que as modificações se fazem necessárias devido ao aumento do número de cartéis verificado pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, segundo a qual os cartéis têm dado prejuízos anuais estimados entre R\$ 20 bilhões e R\$ 40 bilhões, com um sobrepreço nas compras públicas estimado entre 25% e 40%.

Entre as melhorias sofridas pelo projeto (PLC 32/07) na Câmara e no Senado, Suplicy relatou a obrigatoriedade do

### Mudanças no pregão

Em junho, foi firmado um acordo entre os senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, o deputado Márcio Reinaldo e o ministro Paulo Bernardo que garante:

Proibição de pregão para **serviços técnicos e profissionais especializados**.

Uso obrigatório do pregão em todas as licitações do tipo menor preço e nas obras e serviços de engenharia de valor **até 500 mil reais**.

Se o valor estimado for **superior a 3,4 milhões de reais**, obrigatório o procedimento de inversão parcial de fases.

**Entre 500 mil e 3,4 milhões de reais** caberá à unidade administrativa escolher entre o uso do pregão e demais modalidades descritas na lei.



Waldemir Rodrigues

Fonte: Discurso do senador Eduardo Suplicy

pregão para aquisição de bens e serviços comuns, a redução dos prazos recursais, o caráter oficial das publicações sobre licitações em sites eletrônicos da administração pública com a dispensa de publicação no *Diário Oficial da União*, a permissão de uso do sistema eletrônico nas licitações e a criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços, disponível a todos os órgãos e entes públicos.

Suplicy lembrou acordo firmado entre ele, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), o deputado Márcio Reinaldo (PP-MG), relator da matéria na Câmara, e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, proibindo o uso de pregão na contratação de serviços técnicos e profissionais especializados. Pelo acordo, ficou estabelecido ainda

que o pregão será usado obrigatoriamente em todas as licitações do tipo menor preço e em obras e serviços de engenharia no valor de até R\$ 500 mil. Já para obras desse tipo cujo valor estimado seja superior a R\$ 3,4 milhões, será obrigatório o procedimento de inversão parcial de fases de habilitação e proposta.

### Pesquisa

O senador comentou ainda a pesquisa CNT/Sensus realizada em novembro e publicada ontem que mostrou melhora na aprovação do governo e na avaliação positiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que subiu de 76,8% para 78,9%. Ele assinalou que, mesmo com o apagão elétrico ocorrido no dia 10, a aprovação do governo subiu de 65,4% para 70%.

## Cristovam quer destinar recursos do pré-sal para educação de base

Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou ontem em Plenário que vai propor emenda ao projeto do Poder Executivo que cria o marco regulatório do pré-sal, de modo a tornar a educação de base o foco principal da aplicação dos recursos a serem obtidos com a exploração de petróleo.

O senador defende que a totalidade dos recursos resultantes da exploração de petróleo na camada pré-sal seja destinada às quatro áreas já previstas como beneficiárias no projeto (PL 5.940/09) do governo – combate à pobreza, ciência e tecnologia, cultura e educação –, "mas de uma forma diferente".

– O caminho para atendermos ao combate à pobreza, à cultura, à ciência e tecnologia, à sustentabilidade é um só: investir em educação de base todos os recursos do pré-sal – sustentou.

Cristovam ressaltou que os recursos do pré-sal devem ser usados para "fazer a revolução educacional brasileira", que é, na avaliação dele, a única forma de lutar contra a pobreza, promover a cultura, desenvolver ciência e tecnologia e "construir uma nação com um projeto de sustentabilidade".

Conforme a emenda anunciada pelo senador, em vez do fundo social proposto pelo governo, seria criado o Fundo Nacional da Educação de Base, vinculado ao Ministério da Educação, que se tornaria fonte regular de recursos para o investimento na educação de base, como força para combater a pobreza e promover a cultura, a ciência, a tecnologia e a sustentabilidade ambiental.

Os recursos desse fundo, explicou Cristovam, seriam distribuídos aos estados proporcionalmente ao número de crianças na



Fotos de Waldemir Bonetto

Cristovam vai apresentar emenda ao projeto que cria o marco regulatório

escola. Um conselho, integrado pelos ministros da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento Social, além de dirigentes municipais, estaduais e nacional de educação, teria a atribuição de fiscalizar a aplicação e a destinação dos recursos do fundo.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) considerou bem-vinda a antecipação, por Cristovam Buarque, da discussão da matéria, antes mesmo que ela chegue ao Senado Federal.

# A água vale ouro

Fonte: Psuuma e Instituto Alkata

**A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.**

**Diminua o tempo do banho**

**Elimine os vazamentos**

**Não deixe a torneira pingando**

**Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza**

**Instale torneiras com sensores automáticos**

**Use uma bacia para lavar louça**

**Escove os dentes com a torneira fechada**

Campanha institucional do Jornal do Senado

Senador defende a inclusão dos dois biomas no texto constitucional como forma de reduzir agressões. Lembra que menos de 2% do Cerrado estão protegidos em reservas

## Maciel lamenta devastação do Cerrado e da Caatinga

MARCO MACIEL (DEM-PE) defendeu ontem a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 51/03) apresentada por Demostenes Torres (DEM-GO) que reconhece como biomas nacionais o Cerrado e a Caatinga, que não foram incluídos na Constituição de 1988. Para que a matéria seja analisada, é necessário votar antes uma medida provisória, que tranca a pauta.

O senador alertou para a devastação do Cerrado brasileiro, cuja área está reduzida a 20% da cobertura original, e da Caatinga, localizada no semiárido nordestino. Disse que o Cerrado é o sistema ambiental brasileiro que mais sofre alteração com a ocupação humana. Em sua área, vivem 20 milhões de pessoas. Ele observou que essa população é majoritariamente urbana e enfrenta problemas como desemprego, falta de habitação e poluição, entre outros.

– A atividade garimpeira, por exemplo, intensa na região, contaminou os rios de mercúrio e contribuiu para seu assoreamento. Nos últimos 30 anos, a pecuária extensiva, as monoculturas e a abertura de estradas destruíram boa parte do Cerrado. Hoje, menos de 2%



Fonte: Discurso do senador Marco Maciel

estão protegidos em parques ou reservas – lamentou.

Maciel assinalou que o Cerrado se estende por 20% do território nacional, englobando 12 estados. Ele observou que “manchas” de Cerrado podem ser encontradas também na Caatinga e que aquele bioma compartilha espécimes com a maioria dos biomas brasileiros (Floresta Amazônica, Caatinga e Mata Atlântica).

– Contudo, devido ao alto grau de endemismo, 45% de suas espécies são exclusivas de algumas regiões e, com a ocu-

pação desordenada e destrutiva de sua área, o Cerrado é hoje o ecossistema brasileiro que mais sofre agressões por parte do desenvolvimento – frisou.

O parlamentar destacou o papel desempenhado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com sede em Petrolina, no extremo oeste do sertão pernambucano, às margens do rio São Francisco. A Univasf foi criada em 2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de desenvolver a região e estudar a Caatinga.

## Papaléo defende projetos que beneficiam o Amapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu ontem a aprovação pelo Senado de dois projetos de lei de sua autoria que visam estimular o desenvolvimento econômico do Amapá. A primeira proposição (PLS 111/05) autoriza o Poder Executivo a criar, “para efeitos de articulação da ação administrativa da União e do estado do Amapá”, a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana. Autoriza ainda o Executivo a instituir o programa especial de desenvolvimento dos dois municípios.

O programa deverá estabelecer as medidas necessárias para a unificação dos serviços públicos, especialmente aqueles relacionados a tarifas, fretes e seguros; a linhas de crédito especiais para atividades prioritárias; e a isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produ-



Papaléo propõe extensão de benefícios da zona franca a Macapá-Santana

tivas em programas de geração de empregos e fixação de mão de obra.

A instituição dessa região integrada de desenvolvimento, argumentou Papaléo, certamente contribuirá para a solução dos graves problemas que afligem Macapá e Santana, tornando

mais articulada a execução de programas e projetos, a partir da visão mais abrangente das dificuldades e das potencialidades da região. O senador lembrou que seu projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O outro projeto (PLS 348/05) estende à Área de Livre Comércio de Macapá-Santana os incentivos hoje vigentes no Polo Industrial de Manaus para a industrialização de bens de informática e de automação. Papaléo afirmou que o projeto visa “qualificar a região como forte polo de atração para os investimentos do setor de tecnologia, sejam nacionais, sejam estrangeiros”.

Augusto Botelho (PT-RR) apoiou o pronunciamento.

## Mão Santa: aeroporto de Parnaíba não tem voos

Mão Santa (PSC-PI) criticou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), pelo anúncio da construção de dois aeroportos internacionais no estado, nos municípios de Parnaíba e São Raimundo Nonato.

O senador disse que o aeroporto de Parnaíba encontra-se “às moscas, não tem voo nenhum, mas o país acha que tem”, referindo-se à publicidade oficial do governo do Piauí. A situação seria a mesma no aeroporto de São Raimundo

Nonato, conforme afirmou.

– Não tem nada, não tem voo nenhum, não tem nem teco-teco. O aeroporto só serve a urubu, passarinho e andorinha; não tem avião – afirmou.

Mão Santa também criticou o governador do Piauí por promessas feitas em campanha de construção de cinco hidrelétricas no rio Parnaíba e de ferrovias no Piauí, onde também seria comum a ocorrência “todo dia” de apagões, a exemplo do ocorrido no país no último dia 10.



Mão Santa critica governador do Piauí por não construir hidrelétricas

## Valdir Raupp propõe moratória de dez anos para desmatamento

A aprovação de projeto que estabelece uma moratória de dez anos para o desmatamento na Amazônia Legal foi defendida ontem por Valdir Raupp (PMDB-RO). A Amazônia Legal abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, totalizando aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados ou 61% do território brasileiro.

A proposta (PLS 342/08), apresentada por ele, prevê incentivos para a exploração sustentável dos recursos da região e deverá ser analisada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Raupp lembrou que a atividade que mais emite gases do efeito estufa no Brasil é o desmatamento, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. Segundo o ministério, 51,9% dessas substâncias são resultado da derrubada de árvores.

– Assim, se queremos um papel ativo em Copenhague, devemos tratar obrigatoriamente da questão do desmatamento – observou o senador, referindo-se à cúpula ambiental que será realizada em dezembro, na Dinamarca, para debater propostas que visam à redução do aquecimento global.

Raupp afirmou que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) faz medições regulares e constatou que 7 mil quilômetros quadrados foram desmatados entre agosto de 2008 e julho de 2009, o menor índice já registrado desde o início dessas medições, em 1988.

### Reserva legal

O parlamentar recordou que em 11 de dezembro encerra-se o



Raupp desaprova medida que obriga preservar 80% da propriedade rural

prazo dado pelo Executivo para que todos os proprietários rurais da Amazônia Legal averbem a área de reserva legal de suas propriedades em 80%. Raupp criticou a medida e disse que ela tem causado transtorno para os produtores rurais.

– [O proprietário] tem a escritura da terra, paga imposto e só pode usar 20% [das terras], ao contrário de outros locais do país, em que se pode usar 80% e preservar 20%, e não estão preservando – afirmou.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou Raupp e defendeu a criação do Ministério da Amazônia, proposta pelo senador de Rondônia.

Já Gilberto Goellner (DEM-MT) declarou que quem defende a Amazônia deveria defender também o sistema produtivo, ressaltando ser possível compatibilizar os interesses da produção sustentável com a preservação do meio ambiente.

Relatado por Kátia Abreu (DEM-TO), o projeto ainda será analisado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

## Mozarildo pede mais atenção do governo federal à Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem o tratamento que vem sendo dado pelo governo federal aos estados da região amazônica. Um dos problemas maiores da atual política federal para a Amazônia é, segundo ele, o pequeno volume de recursos transferidos pela União para a região.

O senador disse que apenas 5% dos recursos de transferência voluntária do governo federal foram destinados à Amazônia, que representa 61% do território nacional e é, em sua opinião, a região que mais precisa da atenção do governo federal.

– Aprendi que quem mais precisa é que deve ter mais. Quem é mais carente deve ter mais atenção – afirmou.

Comentando reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que revelou que menos de 5% da geração de gases do efeito estufa são produzidos pelas queimadas na região amazônica, Mozarildo cobrou do governo a redução dos entraves ambientais ao desenvolvimento da economia da região.

O parlamentar lamentou a vi-



Mozarildo: região recebeu apenas 5% das transferências voluntárias da União

sita anunciada do músico inglês Sting ao Brasil para protestar contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Ele lembrou que em Roraima, onde a construção de duas hidrelétricas está suspensa por problemas de licenças ambientais, pode haver falta de eletricidade devido ao fato de o estado depender da importação de energia da Venezuela, que atualmente está enfrentando problemas de escassez.

Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou Mozarildo pelo discurso.